

RABELLO (Sylvio). — *Cana-de-açúcar e região: aspectos sócio-culturais dos engenhos de rapadura nordestinos*. Prefácio de Mauro Mota. Recife. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. 1969. 178 páginas. Ilustrado.

Ao tomar como tema de seu trabalho os “aspectos sócio-culturais dos engenhos de rapadura nordestinos”, o ensaísta e sociólogo pernambucano, a quem já deve a bibliografia brasileira muitos e valiosos títulos, longe de fechar-se num bizantinismo à primeira vista destituído de interesse, elaborou um ensaio do mais alto valor para o próprio estudo, em bases sociológicas, do ciclo da cana-de-açúcar em Pernambuco. Já o Prof. J. Figueiredo Filho, do Crato, nos havia dado alguns trabalhos valiosos sobre os engenhos de rapadura. Sylvio Rabello retoma o assunto, dando-lhe bases mais amplas e abrindo perspectivas mais gerais, pois o complexo da rapadura leva-o a estudar, também, a estrutura agrária, as relações de família e de trabalho, a casa, os animais e as crenças religiosas, enfim, todos os elementos que seriam necessários para uma interpretação sócio-cultural de uma importante área do nordeste brasileiro.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

MOTTA SOBRINHO (Alves). — *A civilização do café*. Prefácio de Caio Prado Júnior. Segunda edição, revista e corrigida. Brasiliense. 1969. 184 páginas.

Prefaciando este livro, já em segunda edição, lembra Caio Prado Júnior, que se pode caracterizar mais de uma civilização do café. A primeira, e mais antiga, veio subindo o vale do Paraíba a partir de seu curso médio em território fluminense; a segunda implanta-se na zona central de São Paulo; a terceira estende-se para o Oeste, invadindo o Paraná. A mais interessante para o historiador, e talvez mesmo a mais característica, é a primeira, justamente a estudada pelo Autor em seu livro, por certo o primeiro a tratar o café em termos de “civilização”. Importante contribuição para a história social e econômica de uma área reconhecida-mente tão importante, mas lamentavelmente tão pouco estudada.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *
*

RODRIGUES (Lêda Boechat). — *História do Supremo Tribunal Federal*. Vol. II (*Defesa do Federalismo, 1899-1910*). Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira. 1968, 242 págs.

Prossequindo a *História do Supremo Tribunal Federal*, cujo primeiro volume cuidou das vicissitudes daquela instituição de 1891 a 1898, este livro, através das atuações do Supremo Tribunal Federal no período compreendido entre 1899-1910, nos mostra os principais problemas jurídico-políticos enfrentados pela República recém-nascida. Traz-nos grande quantidade de fatos documentados e representativos dos graves problemas desta época e deixa ao leitor a tarefa de interpretá-los. Assim, pela palavra de Alberto Tôrres e narrativas de intervenções do Supremo

Tribunal Federal, tomamos conhecimento do federalismo dual então existente e chegamos a perceber como a política dos governadores conseguiu inverter posições e colocar a União sob a dependência dos Estados.

Tendo dividido o farto material consultado em assuntos, Lêda Boechat Rodrigues utiliza-se também do critério cronológico. Exemplificando: é através de tal critério que nos mostra em 1897 o Supremo Tribunal Federal rejeitando a exceção de incompetência que lhe fôra oposta para processar e julgar a ação de limites proposta pelo Estado do Amazonas contra o Estado de Mato-Grosso e chega até a Constituição de 1967, onde é mantida tal competência.

Podem os interessados no desenvolvimento da nossa República, seja do ponto de vista histórico, político ou jurídico, aí encontrar um roteiro para futuras pesquisas e conseqüente aprofundamento da investigação.

Embora seja nítida a tripartição de poderes, deixa a Autora entrever, através da atuação do Supremo Tribunal Federal, *caput* do poder Judiciário, a forte interligação existente entre os mesmos. Assim, a função moderadora do Judiciário em relação ao Executivo; e por outro lado, a capacidade limitativa do Legislativo, no exercício de sua função precípua, qual seja, elaborar as leis a serem aplicadas pelo Judiciário. Daí o alargamento do âmbito do *habeas-corpus* que, segundo Pontes de Miranda,

“exerceu no Brasil, extraordinária função coordenadora e legalizante, fazendo muitas vezes cessar a violência do chefe local, ou dos agentes do governo federal, ou estadual, mediante a ordem concedida originariamente ou em grau de recurso pelo Supremo Tribunal Federal” (pág. 198).

Sentimos que era uma época em que o Supremo Tribunal Federal estava delimitando sua esfera de competência; são significativas as vicissitudes que a alta Côrte teve que enfrentar na questão que envolveu as ordens religiosas e com relação à Saúde Pública.

Lêda Boechat Rodrigues nos mostra que não só a Constituição Republicana Brasileira de 1891 estava impregnada de valores norte-americanos, mas também, as nossas instituições:

“Dada a riqueza dos precedentes norte-americanos, atravessamos, então, talvez o auge de ostentação de conhecimento da jurisprudência e dos constitucionalistas dos Estados Unidos. De citações dela e dêles em matéria constitucional estão recheados os pareceres e razões dos grandes advogados, as decisões judiciais, e também, com frequência, os debates no Congresso. No Supremo Tribunal muitas vezes uma e outros serviram de fundamento e, até, em alguns casos, de razão de decidir dos acórdãos” (pág. 1).

Após a leitura de tão elaborado trabalho, várias inquietações permanecem no espírito do leitor, sobretudo ligadas à compreensão do Supremo Tribunal Federal como uma peça dentro de um conjunto mais complexo, ou seja, dentro da estrutura de poder do Estado nacional. Poderíamos, por exemplo, sentir a presença das oligarquias nas cadeiras do Supremo Tribunal? Ou, pelo contrário, o Supremo Tribunal Federal, no período considerado, combateu-as e com elas não se identificou? Os antagonismos econômicos e financeiros se projetam na vida da instituição? Tais respostas, esperamos, enriquecerão por certo o volume final da coleção, onde necessariamente uma visão de conjunto deverá ser elaborada, e certamente

será desvendado o significado daquela alta Côrte na história das relações de poder de nossa história.

MARIA CECÍLIA MENDIA

* *

*

VITA (Luís Washington). — *A filosofia contemporânea em São Paulo*. São Paulo. Editorial Grijalbo e Editôra da Universidade de São Paulo, 1969. 256 páginas.

Reunem-se neste volume excerptos de numerosos pensadores paulistas. “Foram arrolados representantes de tôdas as tendências especulativas, sem nenhuma preferência por esta ou aquela corrente. O organizador da presente antologia limitou-se à pura transcrição dos textos, deixando de anotá-los em face da singeleza desta edição, destituída de qualquer aparato erudito”. São palavras do próprio autor explicando a razão-de-ser de seu livro, que mal saberia ser o último e cuja publicação não chegou a ver. Todavia, há aqui aquela modesta que foi muito dêle. Não se trata de simples antologia, pois na “Introdução”, que fixa os critérios norteadores do presente trabalho, revelam-se tôdas as qualidades do saudoso escritor e professor, sempre empenhado em captar as mais diversas manifestações do pensamento brasileiro. Omitindo-se modestamente do volume, coube ao Professor Miguel Reale, que escreveu o prefácio, acrescentar, também, ao livro algumas páginas de Luís Washington Vita, complementando, assim, sua galeria de pensadores paulista. São os seguintes os autores tratados no volume: Tomistas e neotomistas (Leonardo van Acker, Castro Nery, e Carlos Lopes de Matos); Positivistas e Marxistas (Cruz Costa e Caio Prado Júnior); Filosofia da vida, do espírito e da existência (Renato Kehl, J. Herculano Pires, Heraldo Barbuy, Vicente Ferreira da Silva, Vilém Flusser); Filosofia das ciências (Teodoro Ramos, André Dreyfus e Leônidas Hegenberg); Culturalistas (Miguel Reale, Roland Corbisier, Renato Cierell Czerna, Irineu Strenger e o próprio Luís Washington Vita). Mais uma excelente contribuição da Editorial Grijalbo, altamente interessada, como suas edições o têm demonstrado, em contribuir para o melhor conhecimento de um pensamento brasileiro.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* *

*

SANTOS (Milton). — *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1965.

É reconhecido o fato de que o fenômeno urbano constitui uma característica marcante da civilização contemporânea. Esta explosão urbana que se acentuou nesta primeira metade do século XX tem merecido a atenção de numerosos pesquisadores, através de estudos minuciosos ou da elaboração de manuais que visam sintetizar os conhecimentos adquiridos pelas ciências humanas. Entretanto, esta vasta bibliografia tem-se baseado nas pesquisas efetuadas principalmente nos países desenvolvidos, nos países industrializados do mundo norte-americano e europeu.